

A Internacionalização do **Brasil** na Era da **Globalização**

André Moreira Cunha
Hélio Henkin
Marcos Tadeu Caputi Lélis
ORGANIZADORES

Ensaio sobre **Economia e Política Internacional**

Segurança Internacional: Estrutura e Risco Político em Mercados Prioritários para o Brasil¹

Marco Cepik
Helena Jornada

1 FUNDAMENTOS DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

A estrutura política do sistema internacional pode ser sintetizada, de acordo com Waltz (1979, p. 79-99), por três características observáveis segundo uma perspectiva teórica realista: (i) a ausência de governo mundial e a predominância da anarquia como princípio ordenador das relações entre os atores políticos (mecanismo de *self-help*); (ii) a baixa diferenciação funcional entre as unidades decisivas do sistema, ou seja, os Estados, pois a anarquia desincentiva a cooperação e a especialização; e (iii) a distribuição desigual de capacidades, devido a distintos pontos de partida históricos e taxas diferenciadas de acumulação de poder, concebido o poder como um meio para a garantia de um fim maior: a sobrevivência do Estado. Essa desigualdade de poder entre os Estados fornece um elemento de dinamicidade ao sistema internacional, se não por outras razões, simplesmente porque ela alimenta o temor a respeito das intenções e capacidades dos demais Estados em ambientes de interação estratégica continuada com muitos atores e informação incompleta. Assim, a política internacional é composta pela estrutura e pelas unidades interagindo entre si nos marcos daquela estrutura (Waltz, 1979).

Uma das premissas mais importantes da teoria realista estrutural é, justamente, a de que os Estados constituem as unidades (atores) deci-

¹Versão original finalizada em junho de 2009.

vas do sistema. Como destaca o próprio Waltz (1979, p. 93), na realidade os Estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais relevantes, mas eles são concebidos teoricamente como sendo os atores mais importantes e decisivos, porque sua taxa média de mortalidade é mais baixa do que as dos demais atores (empresas, indivíduos, organizações intergovernamentais, movimentos sociais etc.) e também porque deles dependem as condições (logísticas, institucionais, comunicacionais, de infraestrutura etc.) para as interações entre os demais atores.

Na década de 1990, a hipótese Estado-cêntrica foi severamente criticada em função das evidências a respeito de uma crescente interação comercial, produtiva e financeira entre firmas capitalistas e Estados em mercados cada vez mais integrados à escala planetária, sobretudo após o colapso da ex-União Soviética e das reformas liberalizantes de países como China, Índia, Brasil e muitos outros. Na década de 2000, a chamada agenda negativa da globalização (terrorismo transnacional, separatismo xenófobo e crime organizado) pareceu dar razão para aqueles que prognosticavam um futuro de ainda menor relevância para os Estados soberanos, seja devido aos choques entre civilizações, seja pelas pretensões à primazia por parte nos Estados Unidos no contexto da “guerra global contra o terrorismo”.

Desde meados da década de 2000, entretanto, o desgaste dos Estados Unidos nas guerras assimétricas do Iraque e do Afeganistão, juntamente com a crescente assertividade da Rússia (cujo ponto de inflexão foi a guerra contra a Geórgia em 2008), somados ao sucesso aparentemente inexorável da China e à dinâmica da política internacional, tal como descrita pelo realismo estrutural, têm revigorado a chamada hipótese Estado-cêntrica e fornecido uma chave explicativa mais acurada, inclusive descritivamente, para a maioria dos desdobramentos da conjuntura de segurança internacional atualmente em curso.

Cabe notar, entretanto, que a própria escala e natureza dos Estados que constituem polos de poder no mundo contemporâneo está se transformando em relação ao padrão moderno do Estado-nacional que emergiu na Europa, sobretudo a partir da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Ao final da Segunda Guerra Mundial, o poder mundial já estava dividido de forma assimétrica em duas coalizões vertebradas

por países que se autodefiniam, em termos pós-nacionais ou multinacionais, a saber os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ao longo da Guerra Fria, a bipolaridade foi se tornando mais complexa em decorrência de três fatores: a reconstrução econômica das potências derrotadas na última guerra mundial (Japão e Alemanha), a descolonização afro-asiática (Terceiro Mundo) e a assertividade crescente da China desde a fundação da República Popular em 1949. No entanto, independentemente de como se queira caracterizar o período pós-1991, se unipolar ou multipolar desequilibrado, os grandes atores contemporâneos com possibilidade de exercer poder em escala global são todos (Nafta, China, União Europeia, Comunidade dos Estados Independentes) ou tentam ser (União das Nações da América do Sul) “confederações” com centenas de milhões de cidadãos, mercados de centenas de milhões de consumidores. Ainda que se deva considerar como polos do sistema internacional apenas as grandes potências (“confederações”) dotadas de forças armadas com capacidade dissuasória no plano estratégico, o que torna precário o *status* do processo de integração mais institucionalizado até aqui (a União Europeia), nos parece ser precisamente o processo de formação dessas novas soberanias estatais pós-nacionais o fenômeno político por excelência da primeira metade do século XXI. Assim como ocorreu com a formação dos Estados nacionais europeus nos séculos XVIII e XIX, a definição dos limites horizontais (identitários) e verticais (sociais) do pertencimento a essas novas formas de cidadania tendem a ser fontes de conflitos e incertezas, sobretudo em áreas do planeta onde o equilíbrio ecológico e social já se encontra mais pressionado pelo desenvolvimento econômico e demográfico. Tal dimensão social recorrente dos problemas de segurança nas transições sistêmicas foi conceituada por Giovanni Arrighi (1996) por meio da noção de “caos sistêmico” (Arrighi, 2003; Arighi; Silver, 2001).

No contexto atual, portanto, as regiões são importantes tanto como fator explicativo de diferentes níveis de vulnerabilidade ao caos sistêmico, quanto por definirem as configurações de poder que apresentam maior ou menor potencial de integração na direção de “confederações-polo”. Formulada inicialmente por Barry Buzan em

1991, a chamada “teoria dos complexos regionais de segurança” foi apresentada por Buzan e Wæver (2003) como ferramenta descritiva dessas diferenças (Buzan e Wæver, 2003).

Por definição, regiões são compostas por *clusters* geograficamente delimitados de unidades inseridas em um sistema maior de Estados, de alcance tendencialmente global. Ou, nos termos dos próprios autores: um complexo regional de segurança é formado “[...] por um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independentes umas das outras” (Buzan e Wæver, 2003, 43). Daí a necessidade de combinarmos o estudo da distribuição do poder entre os Estados no nível global de análise com uma compreensão focada e devidamente contextualizada das dinâmicas regionais de segurança enquanto um nível de análise intermediário entre o plano global e o nível das unidades do sistema.

Discordamos da classificação dos autores em relação à distribuição de capacidades entre os atores no nível global de análise, mas seus critérios são claros o suficiente para que possamos identificar os pontos de inconsistência e polêmica. Para Buzan e Wæver (2003, p. 27-39), a situação existente durante a Guerra Fria (duas superpotências mais três grandes potências) foi transformada na direção de uma clara diferença de capacidades entre os Estados Unidos (superpotência), por um lado, e a União Europeia, Japão, China e Rússia (grandes potências), por outro lado. A isso se somou uma relevância crescente dos Complexos Regionais de Segurança (RSC seguindo a denominação em inglês) e das potências regionais, tais como Índia, Brasil, África do Sul e outras.

Nossa discordância em relação a Buzan & Wæver (2003) diz respeito à utilidade analítica do conceito de superpotência, à caracterização do Japão e da União Europeia como grandes potências (na ausência de capacidade militar crível de autodefesa) e à divisão da África subsariana em um número excessivo de complexos regionais, subestimando o grau de integração entre as dinâmicas de segurança de algumas regiões, como a central e a austral. Em relação ao caso dos Estados Unidos, embora seja óbvio que o país tenha um Produto Interno Bruto (PIB)

muito maior e forças militares muito mais poderosas do que qualquer outro país, tais assimetrias não requerem o prefixo super, ou mega, ou hiper, artifícios retóricos que obscurecem o fato de que a capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos, embora efetivamente global, não é suficiente para garantir uma condição hegemônica em nenhuma região, com exceção da América do Norte e do Caribe.

Nesse sentido, concordamos com John Mearsheimer (2001) em sua caracterização do sistema internacional contemporâneo (pós-1991) como sendo multipolar e desequilibrado pela assimetria (maior nos anos 1990 o que nos anos 2000) entre os Estados Unidos e as demais grandes potências. Também concordamos com Mearsheimer em relação ao fato de que Japão e Alemanha, não obstante o tamanho de suas respectivas economias, não podem ser consideradas grandes potências (se observados enquanto Estados-nacionais), pois lhes falta capacidade militar de sustentar seus interesses pela força em caso de necessidade. A condição de grande potência, no começo do século XXI, depende da combinação de três critérios, a saber: o tamanho do PIB, o tamanho das forças armadas e a presença de capacidade dissuasória estratégica, nuclear ou equivalente. A União Europeia, com base no pilar franco-alemão, pode ser considerada uma grande potência, mas em comparação com as outras três (Estados Unidos, Rússia e China) a Europa seria a mais fraca de todas (Mearsheimer, 2001).

Assim, enquanto as grandes potências podem mais facilmente transcender a lógica da adjacência ou os constrangimentos geográficos em suas relações de segurança no planeta inteiro, essa não é uma possibilidade para a maioria dos quase duzentos Estados existentes hoje em dia. Situados entre as grandes potências e aqueles países mais fracos, “prisioneiros das dinâmicas de segurança estabelecidas por seus vizinhos” (Buzan e Wæver, 2003), existem as potências regionais. A diferença entre os tipos de atores está relacionada com suas capacidades materiais, mas também com o modo segundo o qual cada Estado é incluído nos cálculos de poder, nas percepções de ameaça e no entendimento sobre ganhos relativos dos demais atores, sobretudo das grandes potências. São exemplos contemporâneos de potências regionais países como Austrália, Índia, África do Sul e Brasil.

A estrutura essencial de um dado complexo regional de segurança é conformada por três tipos de relações: (i) a distribuição de poder entre os Estados da região (polaridade regional); (ii) os padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes ao longo dos setores militar, político, social, econômico e ambiental (polarização); e (iii) as relações de poder com atores externos à região, especialmente as grandes potências. Além desses tipos de relações, outros dois elementos cruciais para se avaliar a estrutura de um complexo regional de segurança seriam: (iv) a fronteira de exclusão que nos permite diferenciar um complexo (RSC) de outro, considerando pertencimentos exclusivos de cada país a um ou outro complexo; (v) a anarquia, o que significa que, em princípio, um RSC deve ser composto por duas ou mais unidades autônomas.

Segundo Buzan e Wæver (2003, p. 445-446), existiriam 11 RSCs (América do Norte, América do Sul, Europa, Pós-URSS, Oriente Médio, África Ocidental, África Central, Chifre da África, África Austral, Sul da Ásia, Leste Asiático), os quais poderiam ser classificados segundo os padrões de amizade-inimizade em três tipos: “formações conflituais”, “regimes de segurança” e “comunidades de segurança”. Como já foi dito, discordamos da classificação dos autores em relação à África subsaariana, considerada aqui como um único Complexo Regional de Segurança onde se pode discernir três sub-complexos, a saber: Chifre da África, África Ocidental e África Austral. Naquele contexto e com as devidas proporções, a República Democrática do Congo está para a África subsaariana como a Bolívia está para a América do Sul, pelo fato de ambos os países enfrentarem ameaças separatistas, localizarem-se no centro geográfico de suas respectivas regiões, bem como por conectarem diferentes dinâmicas sub-regionais (Andes e Cone Sul na América do Sul, região dos lagos e região austral na África).

Do ponto de vista do padrão de distribuição de poder, os RSCs podem ser classificados em dois tipos principais: ‘padrão’ e ‘centrados’. Nos RSCs padrão, a multipolaridade é definida principalmente pela presença de mais de uma potência regional (caso do Oriente Médio, América do Sul, Sul da Ásia, Chifre da África e África Austral), ou pela presença de mais de uma grande potência (caso do Leste Asiático). Já os RSCs ‘centra-

dos' podem ser unipolares, centrados em uma grande potência (América do Norte, espaço da ex-URSS), ou institucionalizados (União Europeia).

É importante destacar que os complexos regionais de segurança existem independentemente da importância do regionalismo como política de Estado, ou da autoidentidade regional de um conjunto de unidades. Isso é o que nos permite falar em complexos centrados ou multipolares. Por outro lado, os processos mais relevantes e interessantes para serem analisados são justamente as tentativas de transformação – normalmente dirigida por grandes potências ou potências regionais – na direção de complexos regionais “centrados” em torno de uma potência (espaço pós-soviético) ou de um conjunto de instituições (América do Sul).

Em termos globais, vale observar que as três grandes tendências da conjuntura de segurança internacional em 2009 são conformadas pelas consequências da recessão econômica mundial, pela difícil negociação entre os Estados Unidos e a Rússia em torno de questões estratégicas, inclusive regionais, e pelo esgotamento da agenda estadunidense de “guerra global contra o terrorismo”.²

A crise econômica internacional gera externalidades de segurança em pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, gera protestos e potencial violência social em países onde os governos, à época, foram identificados com um manejo irresponsável das contas públicas e/ou demoraram para atuar quando a escassez de crédito começava a afetar grupos populacionais distintos, tais como a classe média endividada ou trabalhadores migrantes. Até o final do primeiro trimestre de 2009, apenas na Europa, caíram os governos da Islândia, Grécia, Letônia, Lituânia, Hungria e República Tcheca. Países com menores volumes de reservas internacionais e/ou situação macroeconômica mais delicada, como o Equador dolarizado e dependente de remessas dos emigrantes, ou o México excessivamente dependente do mercado estadunidense, também passam por dificuldades sociais que agravam as respectivas equações de segurança nacional e regional. De maneira similar, a redução da demanda por *commodities* nos mercados da

²Dados obtidos em 2009 no site do Stratfor Global Intelligence.

América do Norte, Europa e Japão agravou enormemente a situação social em muitos países da África, Ásia e América Latina. O aumento do desemprego e da fome tende a gerar instabilidade política e social. Em segundo lugar, a crise econômica afeta a segurança internacional na medida em que os países que acumularam enormes quantidades de reservas e têm mais capacidade de mobilização de capital para investir e/ou estimular o consumo dos respectivos mercados regionais podem sair, em termos relativos, fortalecidos da recessão. Esse parece ser o caso da própria China, do Brasil, da Rússia e mesmo da Arábia Saudita. Considerando o tamanho do mercado consumidor dos Estados Unidos (mais de 10 trilhões de dólares anuais), caso as medidas de estímulo econômico do governo Obama surtam efeito ainda este ano, a partir do final de 2009 espera-se uma melhora paulatina dos níveis de emprego no setor exportador das principais economias.

O ressurgimento russo, embora possa ser contextualizado desde a chegada de Vladimir Putin ao poder em 2000, tornou-se mais evidente na área de segurança após a guerra contra a Geórgia em 2008. No longo prazo, o envelhecimento e a redução populacional da Rússia, combinada com sua crescente dependência em torno da exportação de gás e petróleo, indicam um declínio relativo do poderio de Moscou. Por isso mesmo, os governos de Putin e Medvedev precisaram ser tão assertivos em relação ao que fora percebido como um processo de cercamento estratégico por parte dos Estados Unidos, algo que foi desenvolvido desde a inclusão de 12 países ex-comunistas na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), até a penetração da influência americana em ex-Repúblicas Soviéticas, como a Geórgia e o Turcomenistão, passando pela independência de Kosovo, a ameaça de instalação de bases antimísseis americanas na Polônia e na República Tcheca e a chamada Revolução Laranja de 2004 na Ucrânia. A campanha russa contra a Geórgia, em agosto de 2008, marcou uma inflexão que foi percebida pelo governo Obama como a sinalização para a necessidade de um novo entendimento. Nesse sentido, as reuniões de cúpula entre os dois países em 2009, ainda que mantenham divergências profundas, indicam uma evolução positiva, em que o chamado escudo antimísseis e o apoio à subversão antirrusa parecem

estar sendo trocados pela abertura de uma rota de suprimentos para a campanha estadunidense no Afeganistão e um acordo em torno do programa nuclear iraniano. Pelo lado russo, talvez as concessões incluam a adoção de um perfil menos estimulante para os regimes da Coreia do Norte e da Venezuela.

A campanha dos Estados Unidos e seus aliados contra o terrorismo *jihadista* se transformou, predominantemente, em uma complexa guerra irregular em dois teatros, com a predominância das operações de contrainsurgência na fronteira do Afeganistão com o Paquistão. O deslocamento do centro de gravidade do Oriente Médio para o sul da Ásia já era previsto desde 2008, mas o governo Obama em seu primeiro ano de mandato vem procurando acelerar a transferência de recursos escassos do Iraque para o Afeganistão, ao mesmo tempo que negocia com a Rússia, Paquistão e Irã (de maneira mais discreta) as condições logísticas para uma campanha de verão contra as forças do Talibã e da Al Qaeda. A meta americana de retirar dez mil tropas do Iraque até o final de 2009 ainda é incerta, e ataques contra as forças americanas e violência civil continuam a ocorrer; contudo, parece razoável assumir que o principal problema de segurança internacional relacionado com as dinâmicas desencadeadas pelos ataques de 11 de setembro de 2001 passou a ser o risco de colapso estatal nas áreas de fronteira do Paquistão-Afeganistão. Com atrasos, as forças dos Estados Unidos e seus aliados, sob o comando dos generais Petraeus e McChrystal, começaram as primeiras ofensivas importantes de verão do hemisfério norte, em julho de 2009, e espera-se um aumento no número de baixas (15 soldados britânicos morreram na província afegã de Helmand nos primeiros dez dias de julho). Considerando-se os dois milhões de refugiados resultantes das operações contra o Talibã, no vale de Swat no Paquistão, tudo indica que a nova fase da campanha será tão complexa quanto a anterior, ainda que mais localizada em seu escopo e finalidade.

Levando em conta a conjuntura de segurança global, na próxima seção serão analisados os respectivos complexos regionais de segurança e como eles afetam o risco político nos mercados prioritários para a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

2 RISCO POLÍTICO NOS MERCADOS PRIORITÁRIOS DA APEX

Nesta seção serão analisados os 17 países considerados mercados prioritários pela Apex (Plano de Ação para Mercados Prioritários 2008). O objetivo geral é identificar situações de risco político em cada país, situando-os ainda nos respectivos complexos regionais de segurança.

2.1 África Subsaariana

O continente africano está sofrendo severamente com a crise econômica, dado que houve uma retração muito grande nos fluxos de investimento nos últimos meses. Ademais, a queda nos preços do petróleo afetou economias dependentes dessa *commodity*, como é o caso da Nigéria, onde ocorreu uma elevação da instabilidade social e da violência civil, sobretudo na região petrolífera do delta do rio Níger.

Alguns conflitos armados muito importantes ainda persistem e se agravaram recentemente no continente, tais como no Sudão e na Somália. Mas houve também, nos últimos doze meses, um desenvolvimento político positivo em outras regiões, como na República Democrática do Congo e na África do Sul.

Aliás, de maneira geral, a situação na África Austral continua melhor em termos de segurança do que no resto da região. A recente ascensão de Jacob Zuma à presidência da África do Sul pode indicar mudanças na postura do país frente à questão do Zimbábue, congelada nos últimos meses. Entretanto, é possível que Zuma se contraia regionalmente, dando atenção aos problemas internos da África do Sul. Caso isso ocorra, Angola terá um espaço maior para projetar sua influência na região.

2.1.1 ANGOLA

Desde a independência de Portugal, em 1975, até abril de 2002, Angola esteve imersa em um sangrento conflito interno. A guerra civil dividiu o país em três facções que competiam pelo poder: o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), que tinha cunho marxista-leninista e era apoiado pela União Soviética e por Cuba, estando à frente

do governo do país desde a independência; a Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA); e a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita), cuja base de apoio estava concentrada nas regiões ricas em diamantes e era amparada pelos Estados Unidos e pela África do Sul. Desde 2002, com o fim da Guerra Civil, o MPLA está no poder, mas busca um governo de conciliação com a Unita e outros partidos. Apesar de tentativas de reforma, a Constituição angolana permanece a mesma desde sua independência.

Atualmente, o país é uma república multipartidária, unicameral, sendo que os 223 representantes são eleitos por voto universal a cada quatro anos. A primeira eleição legislativa desde 1992 foi realizada com sucesso em setembro de 2008 e deu grande vantagem ao MPLA, mas também possibilitou a subida ao poder, de forma legal, de membros de outros partidos. Os principais partidos de Angola continuam sendo o MPLA, que ganhou 129 assentos no parlamento nas eleições de 2008; a Unita, responsável por 77 assentos; o Partido da Renovação Social, que obteve 6 cadeiras no Parlamento e que está associado a membros da etnia Lunda; o FNLA, que atualmente se declara um partido ligado à Democracia Cristã; e o Partido Democrático Liberal, associado aos angolanos exilados em Portugal, que obtiveram 5 e 3 cadeiras no Parlamento respectivamente (Janes, 2009a).

O poder executivo de Angola é fortemente concentrado no presidente, embora exista a figura do primeiro-ministro enquanto coordenador do trabalho dos 29 ministérios. O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, do MPLA, está na presidência desde 1979, e desde a década de 1990 vem centralizando o poder, diminuindo inclusive o papel do primeiro-ministro. Apesar de ser o maior líder do MPLA, Dos Santos garante que não será candidato às eleições presidenciais que ocorrerão em 2009, mas o partido ainda não possui nenhum outro candidato.

O período de guerra civil afetou seriamente a atividade econômica de Angola, sendo que os dois principais recursos naturais do país – petróleo e diamantes – foram largamente utilizados para o financiamento do conflito. A concentração do petróleo na província de Cabinda (50 % de toda a produção de Angola está localizada nos mares da região) e a ideia de que Cabinda era uma colônia portuguesa separada de An-

gola deram origem a um conflito pela independência da região, liderado pela Frente pela Libertação do Enclave de Cabinda (Flec). Esse conflito ainda não está totalmente solucionado, apesar do sucesso da Força Área Angolana em capturar e destruir bases rebeldes na região e das negociações entre o governo central e membros do Flec. Em agosto de 2006, um acordo de paz foi assinado entre algumas facções do Flec e o governo angolano. Entretanto, como outros membros do partido questionam a legitimidade do acordo, ainda existe possibilidade de levantes. Pelo acordo, aos membros do Flec foi dada anistia, e, apesar de Cabinda permanecer parte de Angola, a região terá mais autonomia.

No momento, a questão de Cabinda configura a maior ameaça à segurança de Angola, visto que o conflito entre a Unita e o MPLA está oficialmente terminado. Entretanto, ameaças não tradicionais à segurança, como o crime organizado, resultantes da economia de guerra estabelecida durante os anos de conflito, apresentam possibilidade de desestabilização interna. O crime organizado transnacional atua em três áreas principais no país: tráfico de armas, resultante da venda dos arsenais da Unita após 2002; tráfico de drogas, já que o país é considerado um centro de distribuição de drogas entre a África Austral e a Europa; e principalmente tráfico de diamantes, já que o país é o quinto maior produtor dessa gema e abriga muitos extratores ilegais e traficantes de pedras preciosas.

A situação política de Angola está aparentemente estável, entretanto alguns problemas aumentam o risco interno do país. O problema está nas eleições presidenciais que ocorrerão em setembro de 2009. Como não existe candidato oficial ainda e Dos Santos pode realmente não se candidatar novamente, é possível que ocorra uma disputa política interna grande do MPLA, ou mesmo a ascensão de candidatos de outros partidos. A democracia está dando os primeiros passos no país, e, portanto, não é possível prever exatamente como ocorrerá a sucessão presidencial.³ Além disso, a questão de Cabinda ainda é incerta, apesar de a violência estar apaziguada. Sendo detentora de 50 % do

³Dados obtidos em 2009 no site do Stratfor Global Intelligence.

petróleo do país, a província é um potencial foco de conflito, portanto investimentos na região tendem a ser mais arriscados. O mais seguro é continuar investindo na reconstrução da infraestrutura básica do país, destruída pela guerra civil, e em bens de consumo para o crescente mercado consumidor. Inversões de longo prazo são aconselháveis após o resultado das eleições presidenciais em setembro.

2.2 Oriente Médio e Norte da África

Algumas transformações importantes estão ocorrendo na região do Oriente Médio. O governo Obama já declarou que o Iraque deixará de ser a prioridade militar dos Estados Unidos e que o foco está sendo transferido para o Afeganistão. Isso deixará mais espaço para uma reordenação de forças na região, e, com isso, observamos a ascensão da Turquia como uma potência regional, com o apoio dos Estados Unidos. O Irã está enfrentando uma grave crise interna, tanto econômica quanto política, a qual depende do conflito em torno da legitimidade do presidente Mahmoud Ahmadinejad, reeleito em um pleito contestado.

O conflito entre Israel e Palestina continua sem solução, mas os Estados Unidos mudaram de posição frente à situação, demandando maiores concessões por parte de Israel, como o fim dos assentamentos na Cisjordânia. Em termos gerais, a região vai sofrer bastante com a crise econômica e com a queda no preço do petróleo, principal fonte de renda dos países do Oriente Médio, ainda que Arábia Saudita e os países árabes do Golfo estejam em melhor situação do que o Irã. Sob o governo Netanyahu, Israel não parece disposto a tentar qualquer reaproximação com a Síria, mesmo com as tentativas turcas de mediação e um resultado das eleições libanesas que, em princípio, favorecem os interesses de ambos os países em detrimento da posição do Hezbollah e da influência iraniana.

2.2.1 EGITO

O Egito é o país mais populoso e industrializado do Oriente Médio, além de ser um dos seus principais *players*. Localizado no norte da África, o Egito se insere nas dinâmicas de segurança regional tanto

do Oriente Médio, especialmente na região do Levante (Israel, Síria, Líbano, Jordânia e Palestina), sendo o principal mediador do conflito palestino, quanto do Chifre da África (Sudão, Somália, Etiópia), o que torna a posição do país muito estratégica, e, dessa forma, delicada.

O processo político no Egito é totalmente controlado pelo seu principal partido, o Partido Democrático Nacional (PDN). Como o PDN sempre teve a maioria dos parlamentares no Congresso, reelege o presidente Hosni Mubarak constantemente desde 1981. Nos últimos anos tem crescido a participação política de outros partidos, que têm sido capazes de contestar os resultados das eleições; no entanto, aqueles com viés extremamente religioso foram banidos do processo eleitoral. No momento, o PDN possui maioria no Parlamento, mas a Irmandade Islâmica controla boa parte da oposição.

Em 2005, Mubarak anunciou que iria alterar a Constituição possibilitando eleições presidenciais com mais de um candidato para as eleições que ocorreriam no mesmo ano. Mesmo assim, Mubarak ganhou por vasta maioria. Em 2007 outra reforma constitucional foi realizada, sem que grandes mudanças tenham ocorrido. Apesar de aumentar o poder do legislativo, torna ilegais os partidos de cunho religioso, assim como modifica a legislação antiterrorismo do país. Mesmo assim, houve pouca evolução no processo de liberalização política do Egito, tanto que a reforma não modificou a lei marcial imposta em 1981, que atribui poderes extraordinários ao presidente para lidar com qualquer situação de contestação social (Janes, 2009f).

A questão religiosa é o maior problema político do Egito. Mubarak, ligado às elites industriais e ao exército, luta para manter a política no país secular, enquanto recebe cada vez mais pressão de grupos religiosos islâmicos, que se dividem entre militantes radicais, preparados para instaurar um Estado islâmico, e moderados. Também sofre com a pressão de grupos militares radicais que buscam a erradicação dos partidos islâmicos.

O radicalismo islâmico é a maior ameaça à segurança interna do país, mesmo que grande parte dos grupos já tenham sido desmantelados. A atuação do Egito como mediador dos conflitos na região passa pela noção de que a sua segurança interna está associada à segurança

no seu entorno; sendo assim, o governo egípcio, que teve suas relações pacificadas com Israel em 1978, atua como o principal mediador dos conflitos na região e é um dos principais aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio. Adicionalmente, o Egito enfrenta o problema de violência sectária, já que possui uma grande comunidade de cristãos coptas, que são frequentemente vítimas de ataques de islamitas radicais e cujas relações com o governo são delicadas.

Outra preocupação política interna do país é com a sucessão de Mubarak, que já está com a saúde debilitada. Apesar de seu filho, Gamal, parecer ser seu herdeiro político natural, os militares possuem muito poder dentro do governo, e Mubarak já declarou que é contra sucessões hereditárias; logo, é possível que, com a saída do atual presidente, o país passe por um momento de instabilidade interna entre os principais grupos de apoio do atual governo. Outra questão que afeta o Egito é a segurança hídrica, já que as taxas de crescimento demográfico do país são bem expressivas e sua principal fonte de água é o Rio Nilo, que é dividido com mais nove países. Em um futuro muito próximo, caso os tratados que regulam sua utilização não sejam revisitos, é possível que essa se torne uma fonte de tensão entre os países do Norte e Chifre da África.

Apesar desses problemas, o Egito é um país estável, cuja política é bastante pragmática e que está em paz com seus vizinhos. Como o país está mais ligado à dinâmica do Levante, os conflitos que ocorrem no momento no Chifre da África não têm um impacto tão grande na segurança interna do país. Mesmo que a sucessão presidencial ainda seja incerta, é pouco provável que as alas mais radicais, tanto islâmicas quanto militares, ganhem as eleições. O Egito tem um programa estável de atração de investimentos externos e um sistema jurídico que garante sua segurança. Como as elites industriais têm bastante poder político, é pouco provável que sejam aprovadas leis que desfavoreçam o setor privado. Além disso, o Egito tem altas taxas de crescimento demográfico e econômico, e, conseqüentemente, um bom mercado consumidor, além de servir como plataforma para inserção em outros mercados do norte da África, assim como do Oriente Médio.

2.3 América do Sul

A América do Sul é outra região que deve ser duramente afetada pela crise econômica, especialmente Venezuela, Equador e Bolívia, que terão menos recursos para financiar seus programas sociais e, conseqüentemente, garantir a estabilidade de seus governos. Por isso, e pelo aumento das tensões diplomáticas entre os países da Bacia Amazônica, provavelmente observaremos um movimento de desaceleração no ritmo de integração regional. O Brasil, através da concessão de empréstimos para esses países, terá sua influência aumentada na região, o que é bastante positivo para os investimentos brasileiros na América do Sul. A derrota do governo argentino nas eleições legislativas da metade de 2009 e o golpe de Estado em Honduras indicam uma maior polarização política decorrente da própria crise econômica.

2.3.1 ARGENTINA

No início do século XX, a Argentina era um dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo, mas a realidade atual é bem diferente. Após passar por um conturbado período de crise econômica e institucional no início da década de 2000 e ter dado sinais de recuperação nos primeiros anos da década, a Argentina novamente está passando por uma crise econômica e política. Desde a adoção de políticas macroeconômicas heterodoxas, sob a presidência de Néstor Kirchner (2003-2007), a Argentina apresentou crescimento econômico bastante expressivo; no entanto, com a deterioração do setor agrícola e da questão social, é difícil analisar se essa retomada significará estabilidade econômica, especialmente porque o país está sendo bastante afetado pela crise mundial.

Em 2007, Cristina Fernández de Kirchner, esposa do então presidente, foi eleita para a presidência com 45% dos votos em um cenário de fragmentação da oposição. Além de ser um voto de confiança a Néstor Kirchner, a eleição de Cristina reflete as conseqüências institucionais do fortalecimento do kirchnerismo na política argentina, já que a oposição não conseguiu lançar um candidato que a unificasse. A crise que o país viveu entre 2001 e 2003 foi um elemento importante

para reduzir a coesão política e a capilaridade nacional dos partidos tradicionais, fortalecendo as dissidências (das quais o kirchnerismo é só um exemplo) e os partidos de base regional.

Após alguns problemas e indícios de corrupção no início do mandato, o governo de Cristina Kirchner transcorre com grandes dificuldades. As disputas com produtores rurais sobre as taxas de exportação afetaram muito a estabilidade do governo, colocando inclusive o vice-presidente Julio Cobos ao lado da oposição. A crescente tensão política estimulou Cristina Kirchner a antecipar as eleições legislativas de 2009 de outubro para junho, a fim de evitar maiores complicações decorrentes da crise mundial que está afetando a economia argentina. A derrota de Néstor Kirchner nas eleições legislativas que ocorreram em junho de 2009 evidencia a queda no respaldo popular ao kirchnerismo, assim como a derrota da coalização governista nas eleições, que perdeu a maioria na câmara dos deputados, com certeza trará dificuldades nos seus próximos anos de mandato.⁴

A questão social no país continua se deteriorando com o aumento da criminalidade e da desigualdade na distribuição da renda, mas mesmo assim as manifestações populares deixaram de ser um desafio como foram no auge da crise. Os manifestantes, que ficaram conhecidos como “piqueteros” e que realizavam protestos violentos em diversas cidades argentinas, apresentaram um grau de atividade menor nos últimos anos, ao passo que agricultores começaram a se manifestar com bastante força. Além desses problemas sociais, a Argentina possui um importante déficit de infraestrutura, fruto das políticas de diminuição do Estado nos anos 1990, e enfrenta problemas com sua segurança energética.

No momento, Cristina Kirchner está fazendo todo o possível para recompor seu governo diante da vitória da oposição nas eleições e da crise sanitária representada pela epidemia de gripe A. É importante lembrar que a presidente está com sua popularidade em baixa, devido à imposição de medidas controversas e amplamente contestadas. Sofrendo os efeitos da crise econômica mundial, a Argentina incorre no

⁴Dados obtidos em 2009 no site do Observatório Político Sul-Americano.

risco de um aprofundamento da desagregação política, o que teria um efeito bastante negativo sobre as tentativas de reerguimento institucional, social, político e econômico do país pós-crise de 2001-2003. O mais prudente seria esperar a consolidação do resultado das eleições legislativas antes de investir pesadamente no país.

2.3.2 VENEZUELA

A Venezuela passa por um momento de crise econômica e institucional. Apesar de recentemente Hugo Chávez, o atual presidente, eleito até 2012, ter ganhado através de um referendo popular o direito de se reeleger de forma indefinida, a situação política interna está bastante complicada. Com a queda nos preços do petróleo – a principal fonte de receita da Venezuela e o grande financiador das reformas sociais implementadas por Chávez –, o governo está tendo que redimensionar seu orçamento para o ano de 2009, quando terá que cortar gastos sociais e pedir empréstimos. Devido à crise mundial, à queda no preço do petróleo e à má administração financeira do governo, a perspectiva de crescimento para a Venezuela em 2009 é negativa em 5 %.⁵

Como tentativa de minimizar o impacto dos preços declinantes de petróleo nas contas públicas, Caracas está lançando uma campanha maciça de nacionalização, com o objetivo de controlar todos os aspectos da indústria energética. Essa campanha está ganhando forma através da declaração de nacionalização e expropriação de diversas empresas exploradoras, prospectoras e distribuidoras de petróleo, particularmente estrangeiras. Entretanto, como o governo já vive uma situação de crise fiscal, é pouco provável que honre as compensações constitucionalmente garantidas às empresas associadas.

Além disso, é pouco provável que o governo tenha capacidade de manter as empresas funcionando plenamente, o que tende a ameaçar os postos de trabalho no setor de exploração de petróleo. Sindicatos trabalhistas já se manifestaram contra o governo Chávez por meio da realização de protestos públicos, o que é uma novidade para Chávez

⁵ Dados obtidos em 2009 no site do Stratfor Global Intelligence.

e que pode ameaçar os seus planos de continuidade no poder. A crescente oposição de segmentos sindicais – unida com a oposição que se formou em 2007, quando Chávez se recusou a renovar a licença de um canal de televisão – é um sério desafio à estabilidade política, o qual ganha força com o respaldo que essa oposição possui no exterior.

Apesar de todos os acontecimentos, Chávez necessita de financiamento e investimentos brasileiros urgentemente. O BNDES recentemente assinou um projeto de financiamento com a Venezuela, e Chávez garantiu ao presidente Lula, como contrapartida, que as empresas brasileiras não sofreriam nenhum revés no seu país. Seria politicamente muito oneroso para a Venezuela tomar qualquer atitude contra investimentos brasileiros, dada a atual dependência de Chávez ao Brasil, mas, com o risco de aumento de instabilidade social, a Venezuela não é o lugar mais seguro para grandes inversões. Apesar de Chávez ter ganho a possibilidade de se perpetuar indefinidamente pela via democrática no poder a popularidade de “El Presidente” está diminuindo, e os indícios de perda de apoio em importantes setores da população se consolidam. Mesmo assim, é pouco provável que Chávez sofra um golpe e não termine seu mandato presidencial, pois ainda possui apoio significativo de grande parte da população venezuelana. O resultado da situação política da Venezuela dependerá de quanto Chávez conseguirá, com os recursos que agora são menos abundantes, continuar com seus programas sociais, sua principal plataforma.

2.3.3 PERU

Apesar de a democracia no Peru ter sido restaurada no início dos anos 1980, após um período de 12 anos de ditadura militar (1968-1980), as instituições democráticas no país ainda estão se recuperando das práticas autoritárias e corruptas aplicadas por Alberto Fujimori durante seus dois mandatos (1990-2000). Seus julgamento e condenação em abril de 2009 indicam um sinal de maturidade das instituições peruanas. Apesar do cenário político conturbado, não existem indícios da possibilidade de um novo golpe no Peru, seja contra ou a favor do atual presidente.

Atualmente, o governo liderado por Alan García, da Alianza Popular Revolucionaria Americana (Apra), adota um perfil de centro-direita com forte componente antipopular. Mesmo que o seu primeiro governo tenha sido conturbado, García comprovou, nas eleições presidenciais de 2006, que ainda detinha bastante respaldo popular, tendo vencido Ollanta Humala no segundo turno. Humala foi um candidato identificado com o exército e com políticas nacionalistas, também associado ao grupo dos etnocaceristas, que tentou, em 2005, dar um golpe contra o então presidente Alejandro Toledo, predecessor de García.

O segundo governo de García, mesmo com a situação econômica relativamente estável, não está transcorrendo de forma tranquila, devido às grandes manifestações e greves que ocorrem no país. A questão social é outro grave problema interno do Peru. Recentemente o governo de García enfrentou uma greve geral no país e uma grande manifestação de produtores rurais, mas nenhuma delas com potencial realmente desestabilizador para o governo do Apra. A associação entre o aumento da pobreza no país e o crescimento do narcotráfico é, porém, uma questão ainda a ser enfrentada pelo governo.

Além disso, a relação do presidente com o Congresso é tensa, mas não a ponto de paralisar as ações do governo, já que, mesmo que este não possua maioria, a oposição não é unificada. O Legislativo peruano é unicameral, sendo que os 120 congressistas são eleitos para um mandato de cinco anos, assim como o presidente. Além do Apra, partido de García, que possui 36 cadeiras no Congresso, os outros principais partidos peruanos são: União para o Peru, que possui 45 cadeiras; União Nacional, com 17; Aliança para o Futuro, com 13; Frente Centrista, com 5; Peru Possível, com 2; e Restauração Nacional também com 2 assentos.

Os movimentos insurgentes, a principal agenda de segurança nas décadas de 1980 e 1990, hoje não representam mais um desafio real às instituições vigentes no Peru, ainda que conservem alguma influência e capacidade para ações pontuais. O Sendero Luminoso, fundado na década de 1960, é o grupo guerrilheiro mais conhecido e mais bem articulado do Peru, mas sofreu recorrentes derrotas ao longo do governo de Fujimori que pareciam sugerir sua extinção. Existem indícios de que o

grupo tenha se rearticulado na década de 2000, sendo vinculado pelas forças de segurança do Peru a diversas ações ocorridas nessa década.

Há notícias de que o Sendero Luminoso esteja ligado com o cultivo de coca e o tráfico de drogas, o que parece ser a sua principal fonte de renda. Com o aumento de repressão às drogas na Colômbia durante o governo de Álvaro Uribe, parte das plantações de coca se deslocou para o Peru, tornando o país o segundo maior produtor de cocaína do mundo, e que, no momento, também passou a produzir heroína. Como forma de coibir o Sendero Luminoso e o tráfico de drogas, o governo peruano vem tomando várias medidas. Na terceira semana de abril de 2009, o Congresso se reuniu para aprovar uma nova estratégia de segurança interna para atuar contra possíveis ataques perpetrados pelo Sendero Luminoso. Outra iniciativa bastante importante é o reforço na vigilância amazônica, já que praticamente todas as atividades ilícitas passam por suas fronteiras porosas.

A mais recente crise no Peru, quando o governo reprimiu violentamente protestos indígenas e manifestações em Lima e diversas cidades, impactou fortemente a capacidade de governo da coalizão de García, assim como os prognósticos mais otimistas de que o Peru poderia sair relativamente ileso da atual crise econômica. Há a possibilidade de que as próximas eleições presidenciais, marcadas para 2011, sejam conturbadas e altamente polarizadas, devido à provável candidatura da filha de Fujimori, Keiko, e do opositorista Ollanta Humala, sendo ainda incerto o destino do próprio presidente García e de seus aliados.

2.3.4 COLÔMBIA

A Colômbia vive um conflito interno há mais de quarenta anos, cujos reflexos no sistema político são evidentes. O principal efeito pode ser visto no enfraquecimento das suas instituições democráticas. O atual presidente, Álvaro Uribe, foi eleito pela primeira vez em 2002, como um candidato independente, rompendo com a hegemonia de quase dois séculos dos dois principais partidos colombianos. Tomou posse após a falência das tentativas de negociação com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e adotou uma política militarizada para limitar o poder dos grupos insurgentes internos, no

que obteve sucesso. Em 2006, Uribe aprovou uma emenda constitucional que possibilitou sua reeleição e assumiu a presidência por mais quatro anos, após vencer as eleições com larga vantagem.

Devido ao sucesso em combater os grupos insurgentes o governo de Uribe tem índices altos de aprovação, que estão em torno de 70%. Entretanto, seu governo também é caracterizado pelo autoritarismo, militarização e violência, efeitos colaterais da ofensiva de pacificação do país conhecida como política de “segurança democrática”. Recentemente, o presidente foi envolvido em escândalos de corrupção e sua proximidade com membros da Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), grupo paramilitar de extrema direita, tem sido questionada. Além disso, grupos de proteção aos direitos humanos acusam o governo colombiano de graves violações e mesmo de encomendar assassinatos em nome do combate aos grupos guerrilheiros (Janes, 2009e).

As eleições presidenciais de 2010, apesar das perspectivas iniciais de Antanas Mockus, foram vencidas com relativa facilidade pelo candidato uribista Juan Manoel Santos. O novo presidente terá que enfrentar três problemas principais durante seu mandato: 1) encerrar o conflito armado com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) e evitar que os paramilitares desmobilizados voltem a se organizar em grupos armados ilegais e bandos criminosos organizados; 2) lidar com questão do cultivo e tráfico de drogas, especialmente de cocaína - a Colômbia é a principal produtora de cocaína do mundo e a demanda mundial, especialmente dos Estados Unidos, continuará alta no futuro discernível; 3) restabelecer boas relações regionais, não apenas com a Venezuela e Equador, mas também com o Brasil e os demais países da Unasul, equilibrando-as em relação ao desejo colombiano de permanecer sendo o aliado mais importante dos Estados Unidos na região. As duas últimas questões importam sobremaneira para o Brasil.

2.4 América do Norte e Central

A grande mudança conjuntural na segurança regional da América do Norte e Central é a distensão entre Estados Unidos e Cuba, am-

bos sob novos governos. Apesar dos efeitos políticos da retomada das conversas entre os dois países não serem imediatos, o efeito simbólico para os países da região é bastante grande, pois representa o novo posicionamento que a administração Obama quer imprimir na política externa norte-americana. Os Estados Unidos já indicaram também mudanças nas relações com o México, cujo problema de tráfico de drogas e violência é crescente, alegando que terão posições mais positivas frente a esses dilemas de segurança regional.

2.4.1 ESTADOS UNIDOS

A aprovação do primeiro orçamento anual do governo Obama pelo Congresso dos Estados Unidos no centésimo dia após a posse define, de maneira clara, o contexto político atual naquele país, tanto por explicitar as prioridades e forçar a resolução de diferenças importantes no seio da coalizão de governo, quanto por situar a correlação de forças entre governo e oposição.

Começando pela explicitação de prioridades, no orçamento de 3,5 trilhões de dólares aprovado pelo Congresso constata-se que parte importante da agenda anunciada durante a campanha eleitoral começa a tomar forma mais definitiva. Além de adotar a proposta do Executivo de estender para além de 2010 as reduções fiscais para as famílias trabalhadoras e de, pelo contrário, restringir ao próximo ano a vigência das atuais reduções fiscais para famílias que recebem mais de 250 mil dólares, os congressistas também aprovaram por ampla maioria os aumentos de gastos propostos nas áreas de saúde, educação, defesa, energia e meio ambiente. No caso da área ambiental, por exemplo, a maioria Democrata no Congresso aprovou um programa de centenas de bilhões de dólares para limitar as emissões de gases poluentes, gerando receitas adicionais também por meio da venda de licenças para as emissões que ultrapassarem os limites legais a serem estabelecidos. Os aumentos aprovados nos recursos para empréstimos estudantis, fiscalização, cobertura de saúde, pesquisa em Ciência & Tecnologia, estímulo econômico e outros temas importantes da agenda de Obama também foram expressivos e, na prática, começaram a reverter muitas das políticas e prioridades do governo de George W. Bush.

A votação também revela que mesmo a montagem do governo, prejudicada pela polêmica em torno de alguns dos nomes indicados, foi construída em bases politicamente sólidas. Ainda assim, restam disputas importantes na base do Partido Democrata no Congresso acerca de prioridades e procedimentos. Por exemplo, a respeito do perfil da reforma do sistema de saúde existe forte polêmica sobre a sustentabilidade de gastos estimados em mais de um trilhão de dólares anuais para garantir cobertura universal (incluindo os 49 milhões de americanos que não têm planos de saúde). O orçamento aprovado, em termos globais, foi criticado pelos Republicanos por aumentar o déficit público em 1,2 trilhão de dólares e expandir o controle do Estado sobre a economia. Os assessores do governo afirmam, no entanto, que o estímulo econômico gerado pelo *bailout* de US\$ 787 bilhões assinado como lei em fevereiro, mais as consequências das medidas tomadas desde antes da posse, tendem a tirar mais rapidamente os Estados Unidos da crise e, com a retomada do crescimento, facilitar a redução do déficit a níveis mais sustentáveis.

Por mais folgada que tenha sido a votação do orçamento no Senado (55 a 43) e na Câmara dos Deputados (233 a 196), e mesmo considerando as elevadas taxas de aprovação popular do presidente (69 %), seria prudente lembrar que vinte deputados Democratas votaram com a oposição (contra apenas dois senadores Republicanos que votaram com os Democratas). Também chama a atenção dos analistas que os congressistas democratas tenham retirado 100 bilhões de dólares do projeto enviado pela Casa Branca, incluindo fundos adicionais para o auxílio aos setores sociais mais atingidos pela crise.

Na área de segurança nacional e política externa, o orçamento aprovado revelou a combinação entre as promessas de campanha, os ajustes de *timing* e ênfase decorrentes da correlação de forças. Como salientou o jornal *Washington Post*, embora os 69 % de aprovação popular sejam de fato um patamar mais alto do que os presidentes americanos costumam obter depois de cem dias na Casa Branca, o presidente Obama sabe que venceu uma eleição em que mais de 47 % do eleitorado votou contra ele, sendo que entre os trabalhadores brancos ele foi derrotado. Que os chamamentos a favor de um gover-

no bipartidário tenham se revelado inviáveis politicamente não resulta, porém, nenhum tipo de ilusão da parte do presidente Obama de que ele possa implementar uma agenda excessivamente progressista em todas as áreas de governo. Como fica evidente na próxima seção do texto sobre a política externa, existe uma dose de continuidade em relação aos dois governos anteriores, representada inclusive pela presença de Robert Gates, na Secretaria de Defesa, e de Hilary Clinton, na Secretaria de Estado; mas, mesmo na área de defesa, o perfil dos gastos aprovados (US\$ 130 bilhões para as guerras do Iraque e do Afeganistão, ênfase em capacidade aerotransportada, redução do ritmo de investimentos no Escudo Antimísseis etc) indica que a continuidade na administração Obama não existe separada da indicação de mudança significativa nos próximos anos.

O mais importante a observar no atual contexto político e de segurança nos Estados Unidos, porém, é que os resultados obtidos por Obama em termos de mudança de clima político internacional e nacional foram em meio a uma crise econômica imensa, agravada por um contexto internacional em que a reputação e a credibilidade dos Estados Unidos estavam muito seriamente abaladas. Recentemente o presidente Barack Obama completou cem dias de governo em meio a essa crise econômica mundial, cujo alcance e profundidade ainda são incertos, em um período em que o papel dos Estados Unidos tem sido posto à prova em inúmeros embates políticos e econômicos. Até aqui não se trata apenas de um novo presidente, mas de um líder que pretende definir o contexto da política americana para as décadas vindouras.

2.4.2 CANADÁ

O Canadá não sofre ameaças aparentes à sua segurança interna ou externa. A vitória nas eleições de 2006 e 2008 marcou a volta dos conservadores ao poder após mais de uma década de domínio dos liberais, cujo desgaste foi agravado por denúncias de corrupção. Devido à força crescente dos partidos menores, o primeiro-ministro Stephen Harper não conta com a maioria absoluta no Parlamento, dificultando a implementação de suas propostas, que incluem cortes de impostos e maior autonomia para as províncias. É difícil falar em ame-

aças efetivas à segurança do Canadá, mas algumas questões, como o separatismo do Québec e o risco de ataques terroristas, podem ser apontadas como fatores de relativo risco (Janes, 2009c).

As diferenças entre o Québec, maior província do Canadá, e o resto do país levaram à criação de um movimento separatista nos anos 1950, que chegou a promover ataques à bomba no início dos anos 1960. Desde então, o governo central encontra dificuldades em acomodar as demandas do Québec sem quebrar a igualdade entre as províncias. Em dois referendos, em 1980 e em 1995, a proposta de separação foi, contudo, derrotada pelo voto popular. Atualmente, o Bloc Québécois, partido que defende a separação da província, tem cinquenta cadeiras no Parlamento, sendo o terceiro partido mais importante do Canadá.

Devido à proximidade com os Estados Unidos e à participação de tropas canadenses no Afeganistão, o Canadá é apontado como alvo potencial do terrorismo islâmico. Mesmo que o risco real de um ataque seja mínimo, após 2001 o governo do país tomou medidas para reforçar a segurança contra a ameaça terrorista. A tensão entre grupos indígenas, marginalizados política e economicamente no Canadá, e o governo já levou a protestos por parte dessa população, mas as chances de que isso leve à violência em grande escala são quase inexistentes.

A posição canadense como rota de abastecimento do mercado estadunidense de drogas torna o narcotráfico uma preocupação tangível, assim como a imigração ilegal e o tráfico de pessoas. As forças policiais e os mecanismos de controle do país, contudo, são bastante eficientes, não permitindo que esses problemas cheguem a um nível alarmante. Dessa forma, assim como os Estados Unidos, o Canadá é um país com risco praticamente nulo de instabilidade política, no curto e no médio prazo. Para investimentos brasileiros, a questão ambiental deverá ser bastante valorizada, dada a importância que o tema tem no Canadá.

2.4.3 MÉXICO

A experiência de uma democracia representativa estável é recente no México. Apenas em 2000, quatro anos depois da adoção de eleições livres é que o México passou pela experiência de substituição de grupo dirigente pelo voto direto. Atualmente, o país é uma república

federativa, cujo legislativo é composto por duas câmaras e tem um sistema eleitoral multipartidário.

A eleição de Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional (PAN) acabou com 71 anos de manutenção do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no poder. As reformas do governo Fox buscaram liberalizar a economia mexicana, descentralizar poder e reduzir a corrupção no setor público, ainda que somente no primeiro objetivo possa se verificar resultados significativos. As eleições para presidente, que ocorreram em 2006, tiveram um resultado bastante polêmico, mostrando as debilidades ainda presentes no procedimento democrático mexicano. Após a realização de recontagem dos votos, Felipe Calderón, candidato da situação, foi declarado vencedor, e Lopez Obrador, do Partido da Revolução Democrática (PRD), ficara em segundo lugar. Ainda que na eleição de 2006 tenha tido um papel discreto, o PRI permanece como um partido central no cenário político mexicano, seja no legislativo ou nos governos estaduais e municipais.

O México é um país com sérios problemas internos, que afetam diretamente sua sociedade e sua economia. Entre esses, podemos citar o tráfico de drogas. Apesar de não ser um produtor expressivo, o México é o principal ponto de entrada de drogas, especialmente cocaína, vindas da América do Sul para os Estados Unidos. A situação é preocupante, visto que as organizações narcotraficantes demonstram crescente poder de fogo, além de forte capacidade de corrupção e cooptação na política local. Por vezes associadas ao narcotráfico, a violência e a criminalidade urbanas também são questões importantes para agenda de segurança do país. O atual presidente, Felipe Calderón, marcou uma inversão no tratamento da questão da criminalidade organizada, tornando-a questão prioritária para a segurança nacional, envolvendo policiais e militares na repressão antidrogas e estreitando a cooperação bilateral com os Estados Unidos.

O México também sofre com problema de revolta social na região de Oaxaca. Em 2006, ocorreu uma greve geral de professores que foi controlada de forma violenta pelo governo. Há uma grande desigualdade econômica e social entre o norte, próximo dos Estados Unidos, e o sul, onde está Oaxaca, e manifestações populares são bas-

tante comuns na região. Na província vizinha, Chiapas, frequentemente ocorrem manifestações de povos indígenas reivindicando mais direitos e atenção do governo central. Por fim, outro problema interno do México, que se tornou mundial, foi a questão da crise epidemiológica causada pela gripe suína. Não existem indícios de que questões desse tipo possam vir a ser um problema para o país no futuro, que, na ocasião, foi capaz de controlar a situação de forma eficiente.

Apesar de o governo ser relativamente fraco e do aumento da violência e da criminalidade, o México tem uma boa base institucional para o recebimento de investimentos externos, particularmente em função da entrada massiva de capital norte-americano desde a implementação do Nafta. Por mais que haja grandes mudanças políticas, o que não é provável, o capital estrangeiro tende a ganhar mais garantias conforme a economia mexicana vai se tornando mais dependente desses investimentos. Em julho deste ano ocorrerão eleições legislativas e o PRI provavelmente será o grande vencedor, o que dificulta a realização das políticas reformistas pretendida por Calderón. Mas o risco de aumentar a instabilidade política do país, mesmo com a vitória do PRI, segue sendo reduzido.

2.4.4 CUBA

A situação de Cuba é difícil de ser avaliada neste momento, já que o país passa por um importante momento de transição. Com o afastamento de Fidel Castro por motivos de saúde, seu irmão, Raúl, assumiu a presidência do país. Em pouco mais de um ano na presidência, Raul iniciou uma política de transição gradual, com políticas de mais liberdade em alguns setores, como na compra de eletrodomésticos, mas não dá sinais de que o regime comunista vai acabar em breve. Com a eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, as relações com Cuba se destensionaram, mas ainda resta ver os impactos que tal mudança poderá ter sobre o regime cubano. De todo modo, os investimentos brasileiros na ilha tendem a continuar, e a cooperação entre os dois governos foi fortalecida com a visita do presidente Raúl Castro.

2.5 Europa e Ex-URSS

A Europa também está sendo duramente afetada pela crise econômica, o que terá impactos bastante negativos no processo de integração europeia. Os países do Leste Europeu, recém integrados na União Europeia, não estão sendo capazes de se manterem estáveis macroeconomicamente, o que está aumentando a crise social e o fluxo de imigrantes para a Europa Ocidental. Países como Grécia, Hungria, Letônia e Lituânia estão entre os mais afetados, visto as violentas manifestações populares que lá ocorreram desde o ano de 2008.

A questão energética também é um problema grave para a Europa, que está tentando construir caminhos alternativos à dependência de gás russo. No Cáucaso, após a guerra da Geórgia, a situação está aparentemente mais calma, mas a Rússia será bastante afetada pela crise econômica e pode sofrer perda de influência na região, tendo que se valer de sua força militar como o recurso possível para manter seu *status* regional inalterado.

2.5.1 RÚSSIA

Após os anos de abertura econômica e política, a Federação Russa conseguiu manter a unidade e atingiu a estabilidade ao longo da década de 1990. A estabilidade política e institucional voltou a vigorar no país por meio de um Executivo autoritário e da centralização crescente do Estado, especialmente a partir da presidência de Vladimir Putin, cujo governo perdurou de 1999 até 2008. A Rússia é uma democracia parlamentarista, cujo legislativo é composto por duas câmaras: a Duma, com 450 assentos; e o Conselho Federal, com 168 assentos. O presidente, Anatolyevich Medvedev, foi diretamente eleito para um mandato de quatro anos. Apesar de ter saído da presidência, Vladimir Putin continua fazendo parte do governo russo, tendo sido nomeado primeiro-ministro. Devido à força que Medvedev, Putin e seus aliados têm no cenário político russo, o risco de instabilidade institucional no momento é mínimo.

Diferentemente dos anos de Guerra Fria, quando a segurança da URSS estava sob a ameaça de participar de um conflito tradicional, o

maior problema de segurança da Rússia advém de seu entorno e de seu próprio território, com um problema sério de separatismo. Cerca de 80 % da população do país é composta pela etnia russa, sendo os 20 % restantes formados por minorias étnicas não satisfeitas com o seu papel, muitas com forte ímpeto separatista. O separatismo na Chechênia, muito ativo na década de 1990 e relativamente controlado na atualidade, é o exemplo mais claro desse tipo de movimento.

Apesar de o separatismo checheno estar sob controle no momento, outras etnias passaram a se manifestar, especialmente as de origem islâmica, o que ocorre por dois motivos principais. Em primeiro lugar, a Rússia vem sofrendo um sério declínio demográfico desde a década de 1990 – à exceção das populações islâmicas, que crescem enquanto as russas declinam. Em segundo lugar, o sentimento de xenofobia é crescente entre os russos, fazendo com que essas populações se sintam discriminadas pelas autoridades e pela população em geral, além de viverem sob piores condições socioeconômicas. Dessa forma, grupos *jihadistas* vêm se organizando nas regiões do norte do Cáucaso – especialmente Ingushetia, Daguestão e Ossétia do Norte, que possuem antigas reivindicações separatista –, empregando métodos terroristas, o que vem ganhando crescente atenção de Moscou.

Outro grande problema de segurança interna enfrentado pela Rússia é a questão do crime organizado. A conhecida máfia russa (*Mafya*) na verdade se divide em 12 ou 15 grupos criminais, que controlam as atividades ilícitas no país. Por conta disso, a Rússia possui uma das mais altas taxas de homicídio do mundo, o que, devido às suas ligações transnacionais, se transformou em uma ameaça real à segurança do país. Essa situação, entretanto, encontra-se muito mais controlada do que foi nos anos 1990, quando as máfias eram associadas principalmente a gangues e crimes de rua. Atualmente, a máfia russa atua em uma esfera mais lucrativa, sendo que entre os negócios geridos por esses grupos está o tráfico de armas e de drogas.

A questão das drogas (Janes, 2009j) configura um dos grandes problemas de saúde pública na Rússia já que, segundo estatísticas, o país hoje conta com 6,5 milhões de usuários de heroína, o que representa quase 5 % da população. Além de aumentar a criminalidade e

contribuir para a queda nas taxas demográficas do país, o uso de drogas injetáveis colabora para disseminar outro grande problema de saúde: atualmente existem mais de 450 mil infectados com o vírus da aids no país, a grande maioria devido ao uso compartilhado de seringas.

Para além dos problemas internos de segurança, a importância central da Rússia para a segurança global e regional foi salientada, em 2009, pelo início de uma nova distensão com os Estados Unidos, sobretudo a partir do estabelecimento de um marco para um novo acordo de redução de armas nucleares estratégicas, fixando entre 1.500 e 1.675 ogivas os arsenais de cada lado para o ano de 2012.

2.5.2 NORUEGA

A Noruega é uma monarquia constitucional, sendo o governo chefiado pelo primeiro-ministro, que é indicado pelo rei de acordo com o partido ou coalizão com mais votos no parlamento. O principal partido do país desde a década de 1930 é o Partido Trabalhista, que, através da coalizão com os socialistas e os centristas, mantém no poder o primeiro-ministro Jens Stoltenberg e deve garantir sua continuidade nas eleições de setembro de 2009.

A principal preocupação das autoridades do país no que diz respeito à segurança é a ameaça de ataques terroristas. O fato de a Noruega fazer parte das forças da Otan presentes no Afeganistão e ter enviado tropas para o Iraque, que foram retiradas no início do mandato do atual primeiro-ministro, faz do país um alvo possível de radicais islâmicos. Mesmo assim, a probabilidade real de ataques no país é bastante pequena. Outras preocupações das autoridades incluem grupos radicais de esquerda e direita e o crime organizado, mas nenhuma delas apresenta riscos reais. Uma preocupação crescente das autoridades norueguesas é o aquecimento global, que, devido à localização geográfica do país, pode aumentar os riscos de desastres. Assim como nos Estados Unidos e no Canadá, os riscos de instabilidade político-institucional na Noruega são mínimos, e, nesse mercado, também há uma valorização de produtos e métodos ecologicamente corretos, devido à importância que o país dá às questões de meio-ambiente.

2.5.3 POLÔNIA

A Polônia foi o primeiro país do Leste Europeu a retornar à democracia representativa, através do que ficou conhecido como o Movimento Solidariedade, liderado por Lech Walesa. Desde então, o país tem sido capaz de transformar a economia fechada em uma economia de mercado e hoje, politicamente, pode ser considerado uma democracia consolidada. A Polônia é um país-membro da Otan desde 1999 e da União Europeia desde 2004, buscando se afastar cada vez mais da Rússia e dos antigos membros do bloco soviético, alinhando-se com os países do Ocidente, principalmente com os Estados Unidos. Isso fica bastante evidente com o apoio dado aos Estados Unidos em relação à Guerra do Iraque e em relação à colocação de escudos antimísseis na Europa Central.

Internamente a situação política é complicada. A Polônia é uma república parlamentarista bicameral, cujo legislativo no total é composto por cem membros. A presidência é eleita por voto direto com sufrágio universal, sendo exercida desde 2005 por Lech Kaczynski, líder conservador do Partido da Lei e Justiça; o atual primeiro-ministro é Donald Tusk, da Plataforma Cívica (PC), de centro-direita. Após a vitória da Plataforma Cívica nas eleições legislativas de 2007, Kaczyński convidou Tusk para formar um governo, que foi aprovado pelo Parlamento. Ambos os partidos são de direita, conservadores, associados ao Movimento Solidariedade.⁶

Atualmente é possível observar um movimento de rearticulação da esquerda e centro-esquerda, especialmente devido à crise econômica, que está atingindo a Polônia com gravidade. A relação com a Rússia é o principal problema político da Polônia e provavelmente continuará sendo até que haja alternância no poder. A aproximação com os Estados Unidos também gera desconforto interno e é outro tópico que divide a população polonesa.

⁶Dados obtidos em 2009 no site do The Economist.

2.6 Ásia

O continente asiático comporta diferentes dinâmicas regionais de segurança que, embora conectadas, guardam autonomia relativa entre o que se passa no sul, leste e sudeste do continente. No Sul da Ásia existem dois grandes acontecimentos que devem ser observados. A mudança de foco dos Estados Unidos da América na “guerra global contra o terror” do Iraque para o Afeganistão e a crise interna do Paquistão, que terá reflexos na Índia, Irã e, possivelmente, China. Outra dinâmica é a que ocorre no Sudeste Asiático, sendo que China participa tanto dessa dinâmica regional quanto das do Leste e do Nordeste. Nessa região, o que pode ser observado é o aumento das tensões marítimas com a expansão da marinha chinesa pelo mar Meridional da China e sua aproximação com o governo de Mianmar. Já no leste/nordeste da Ásia a questão da Coreia do Norte é o que domina a dinâmica de segurança da região e que, aparentemente, não terá solução no curto prazo.

2.6.1 CHINA

As reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping, no final dos anos 1970, aproximaram a China de uma economia de mercado e transformaram o país na quarta maior economia do mundo (em termos nominais). O sistema político, porém, manteve-se controlado pelo Partido Comunista Chinês (PCC), que concentra todas as áreas de governo. O Congresso Nacional do Partido é formalmente o órgão máximo do PCC, mas, na prática, é no politburo do PCC que as linhas gerais da política do país são definidas. O Poder Executivo chinês é chefiado pelo presidente, que é também o secretário-geral do PCC e que indica o primeiro-ministro e os outros ministros de Estado. O próprio crescimento econômico acelerado e a centralização política da China estão na origem de alguns dos problemas atuais de segurança no país.

Um dos principais problemas trazidos pelo crescimento econômico acelerado é a grande desigualdade entre o campo e a cidade, que se reflete em tentativas de migração em massa para as cidades e descontentamento entre os camponeses, com aumento no número de protestos contra o governo central. A corrupção dos oficiais de

baixo escalão do partido, em níveis alarmantes em todo o país e que alimenta a insatisfação nas áreas rurais, levou o governo a permitir eleições para os comitês locais, como forma de manter a legitimidade do PCC. A migração para as cidades provocada por essa situação contribui para o problema do desemprego nas zonas urbanas, que cresceu com o fim de muitas empresas industriais controladas pelo Estado e representa, também, um risco potencial à legitimidade do governo.

A desigualdade regional exacerba, ainda, outra importante questão de segurança interna na China: o separatismo concentrado no sudoeste e no noroeste do país, em províncias como Tibete e Xinjiang. O Tibete é reconhecido como província autônoma da China, com um governo regional firmemente controlado por Pequim, mas questionado pelos tibetanos em virtude da história de luta por independência da região, tomada definitivamente pela China em 1950.

A província de Xinjiang tem população de maioria Uighur, islâmicos de origem turca, e é fonte de recursos naturais como gás e petróleo, o que a torna ainda mais importante para a China. Os rebeldes de Xinjiang são responsáveis por ataques de pequena intensidade às autoridades chinesas, como os que ocorreram antes e durante as Olimpíadas de 2008. O governo chinês enquadra os separatistas da região como terroristas islâmicos e mobiliza forças consideráveis na repressão ao movimento, tarefa na qual obtém relativo sucesso. Em julho de 2009, com a eclosão de violência civil dos *uighures* contra os *han*, houve nova escalada de tensões, ações de segurança do governo chinês e tentativas da Turquia de aumentar o seu perfil na Ásia Central em torno da questão.

A questão de Taiwan continua sendo o principal ponto de preocupação para a segurança da China. Pequim considera a ilha uma província rebelde desde a Revolução de 1949, e a situação no Estreito de Taiwan é de tensão constante, sendo que medidas mais firmes por parte da ilha em direção à independência podem levar a uma intervenção armada da China. Contudo, o governo que assumiu Taiwan após as eleições de 2008 apresenta uma retórica menos agressiva em relação à independência do que o anterior, o que deve aliviar as tensões com Pequim.

Apesar de todos os seus problemas internos, a China é um país bastante estável. O Partido Comunista controla toda a vida política do país, e não há indícios aparentes de a população chinesa querer demandar maior abertura política de forma violenta. Também é pouco provável que haja deterioração na questão de Taiwan; muito pelo contrário, verifica-se atualmente uma aproximação entre a República Popular da China, com sede em Pequim, e o governo de Taipei. A modernização militar chinesa pode eventualmente criar uma sensação de ameaça nos países do entorno da China, mas nada que no curto e médio prazo desestabilize a região.

2.6.2 ÍNDIA

Maior democracia do mundo, a Índia voltou às urnas em 2009, elegendo o Congresso Nacional da Índia (CNI) para um novo mandato. Sendo uma democracia parlamentarista composta por duas câmaras – a Rajya Sabha (Câmara Alta) e a Lok Sabha (Câmara Baixa) –, a Índia possui um sistema político complexo, e os resultados da última eleição mostram indícios positivos de evolução democrática no país.

Após uma eleição logisticamente complicada, que durou quatro semanas, em que trezentos partidos regionais e nacionais disputavam os cargos do legislativo, a Aliança Progressiva Unida, da qual faz parte o CNI, permanecerá no governo, e Manmohan Singh continuará como primeiro-ministro. É a primeira vez que isso ocorre desde os mandatos de Jawarlal Nehru, que governou o país da independência à década de 1960. A Aliança conquistou 261 dos 543 assentos em disputa, e, com o apoio com partidos independentes e regionais, terá maioria para governar por mais cinco anos.⁷

Essa vitória foi inesperada, apesar do bom desempenho do CNI no governo, pois reverte uma tendência na política indiana de alternância entre os partidos no poder. Além de significar a aprovação da população indiana às políticas implementadas no país, que cresce a taxas de 8,5 % ao ano, a vitória do partido de Singh demonstra o enfraquecimen-

⁷Dados obtidos em 2009 no site do The Economist.

to de outros partidos tradicionais e a incapacidade de partidos novos emergirem no cenário político. O Bharatiya Janata Party (BJP), partido de orientação hinduísta, assim como os partidos marxistas, que sempre tiveram importância decisiva na formação de coalizões no país, saíram como os grandes derrotados das eleições de 2009.

Outros partidos – como o Bahujan Samaj, partido dos *dalits*, a casta mais baixa da Índia – tiveram um desempenho muito pior do que o esperado, demonstrando a dificuldade de ascensão de novos partidos ao poder. Uma mudança que pode ser observada, entretanto, é o crescimento dos partidos regionais na Índia, já que, combinados, os partidos nacionais perderam cadeiras no Congresso. O resultado das eleições indianas indica, assim, uma evolução positiva no sistema político do país.

A questão política interna da Índia é estável em nível federal, mas mais volátil em nível regional. Com o aumento do número de *dalits* na política é provável que algumas tensões emergjam, apesar do sistema de castas ter sido oficialmente banido com a independência do país. Além disso, o país enfrenta diversas outras ameaças internas potencialmente desestabilizadoras (Janes, 2009g).

A Índia possui um problema de violência sectária envolvendo as minorias etnoculturais do país. Entre as mais conhecidas, podemos mencionar a violência contra os muçulmanos e a violência contra *sikhs*, crescente em algumas regiões do país, que, com certeza, irá aumentar após embates com outras seitas que ocorreram em maio de 2009. Outra questão séria enfrentada pelo governo indiano é a ação das guerrilhas maoístas, que atuam em diversas regiões do país, principalmente no noroeste da Índia. Na mesma região, mais especificamente em Assam e em Manipur, outros movimentos insurgentes também atuam com uso da força, mas não apresentam riscos separatistas à Índia.

A principal ameaça à segurança interna da Índia continua sendo o longo conflito com o Paquistão, envolvendo os territórios de Jammu e Cachemira. Apesar de, no momento, não haver risco aparente de uma nova deflagração entre os dois países, a situação continua muito tensa, especialmente devido à instabilidade interna do Paquistão e à dificuldade do governo paquistanês em controlar grupos terroristas sediados no Paquistão que atuam na Índia. Desde 2001, o número de

ataques perpetuados por grupos extremistas islâmicos em território indiano aumentou em termos de quantidade e mortalidade; o mais grave de todos ocorreu em dezembro de 2008, em Mumbai, e levou à morte mais de duzentas pessoas. Existem evidências claras de que os ataques partiram de grupos paquistaneses.

Por fim, outro grave problema interno da Índia é a escassez de recursos naturais. Para que seja possível manter a taxa de crescimento, obtida nos últimos, anos de quase 9 % ao ano, a Índia precisará garantir sua segurança energética e hídrica, já que sofre de importantes déficits estruturais nesses setores, e, para isso, eventualmente poderá ter conflitos com seus vizinhos ou aumentar tensões internas.

No nível federal não há grandes riscos de instabilidade na Índia, que é uma democracia consolidada. No nível regional existe mais volatilidade e talvez haja alguma violência política. No entanto, apesar de todos os desafios enfrentados pelo país na área de segurança, a proteção aos investimentos estrangeiros é elevada, já que parte do sucesso econômico indiano depende da absorção externa de capital. O grande problema na Índia pode advir como resultado da instabilidade no Paquistão, onde estão sediados grupos extremistas islâmicos que praticam atos violentos na Índia.

2.6.3 VIETNÃ

O Vietnã ainda se recupera das consequências de um dos maiores conflitos da história recente, a Guerra do Vietnã, que durou até 1973, quando as tropas norte-americanas deixaram o país. Um dos poucos países comunistas remanescentes, o Vietnã é governado pelo Partido Comunista do Vietnã (PCV), que mantém seu controle em todos os níveis de governo. Apesar de haver eleições para a Assembleia Legislativa Nacional, o processo é completamente controlado pelo partido. O Bureau Político do PCV (politburo) é comandado pelo secretário geral do partido e controla a nomeação dos membros do governo.

Mesmo que nos últimos anos o PCV tenha vivenciado certo nível de descontentamento popular, não há indícios de liberalização política no país, nem sinais de alternância ou fragilidade no regime. No início

dos anos 2000, importantes mudanças ocorreram no interior do Partido Comunista, quando foi aceita a nomeação de Nong Duc Manh, favorável a reformas econômicas, para secretário geral. Ocorreu um processo de fortalecimento da repressão social, o que esteve associado a uma maior abertura política dentro do Partido. Ainda, Manh iniciou uma campanha contra corrupção interna, que é considerada como o maior problema político do país, expulsando milhares de membros do Partido Comunista. No último congresso do PCV, que ocorreu em 2006, poucas iniciativas políticas foram anunciadas além do aprofundamento das reformas propostas no início da década de 1990. Além disso, reafirmou-se a necessidade de lutar contra a corrupção no Vietnã, sendo adotadas novas medidas, porém com pouco ou nenhum efeito.

Nos últimos anos cresceu o nível de descontentamento social, especialmente de camponeses, que lutam pelo acesso e direito à terra e às propriedades tomadas pelo governo. Em 2004, uma grande manifestação envolveu mais de quatrocentos participantes que protestavam contra a construção de um campo de golfe do governo, onde antes eram fazendas coletivas. Essas manifestações ocorrem quase que exclusivamente em áreas rurais e, devido à sua natureza desorganizada, não representam ameaça ao governo central, apenas demonstram o descontentamento de um setor da população com o governo central.

Além da questão social, o país enfrenta algumas ameaças internas mais graves, como questões referentes à tensão étnica. A realocação forçada imposta pelo governo a dezenas de comunidades minoritárias, aliada à pobreza destas, contribui para a intensificação dos problemas étnicos do país, especialmente nas províncias centrais. A inteligência e o exército vietnamita atuam com peso na região para evitar maiores conflitos, tendo o último incidente grave ocorrido em 2004. A minoria protestante é a mais expressiva; em 2001, a prisão de seus líderes levou 5 mil pessoas às ruas demandando maior liberdade religiosa.

Outros dois grandes problemas que afetam a estabilidade interna do Vietnã estão associados ao crime organizado, que é bem articulado no país e ligado aos setores corruptos do PCV. São eles o uso e o tráfico de drogas e o tráfico de seres humanos, especialmente mulheres, que são constrangidas à prostituição no Vietnã ou em outros países da re-

gião. A questão do uso de drogas tem se mostrado um sério problema interno, já que o Vietnã é ponto de trânsito para o tráfico de drogas no Sudeste da Ásia. Adicionalmente, assim como verificado em outros países da região, o nível de consumo e de vício interno está aumentando muito, pressionando o sistema de saúde do país. Por fim, em relação a ameaças de saúde, o Vietnã é um dos países mais vitimados pela gripe aviária, cujo vírus atingiu maiores taxas de mortalidade no país (aproximadamente 50 %) e já custou quase duzentos milhões de dólares aos cofres públicos, segundo estimativas do Banco Mundial.⁸ Externamente, o Vietnã tem apenas uma grande demanda de segurança em torno das Ilhas Spratley, pequeno arquipélago rico em recursos naturais, disputado também por Brunei, Malásia, Filipinas e pela China, país que possui um relacionamento caracterizado por desconfiança com o Vietnã desde a década de 1970. Em relação à China, as relações melhoraram recentemente, e, com outros países do Sudeste Asiático, o Vietnã tem uma relação estável no contexto da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean).

2.6.4 COREIA DO SUL

A Coreia do Sul tem uma história política bastante turbulenta desde o estabelecimento do Estado sul-coreano em 1948. Após ter passado por uma guerra, que separou o país em dois Estados distintos, por uma revolução estudantil, por golpes militares, por inúmeros governos de exceção e por manifestações populares, o país finalmente se democratizou no final dos anos 1980, acompanhado de impressionantes níveis de crescimento econômico. Apesar do estabelecimento da democracia no país, o cenário político da Coreia do Sul é marcado por governos fracos, crises institucionais, corrupção e grandes clivagens partidárias.

A Coreia do Sul é uma república presidencialista formada por um legislativo unicameral, a Assembleia Nacional. Na histórica democrática do país, o presidente e o legislativo se mantiveram em campos opostos, até o atual mandato presidencial, em que a maioria no Con-

⁸ Para mais informações, acessar o site do Banco Mundial.

gresso respalda o governo de Lee Myung-Bak, eleito em 2007. Entretanto, o legislativo continua dividido regionalmente, em particular entre as províncias do Sudoeste do país. Os partidos sul-coreanos são bastante fracos, caracterizados fortemente pelo personalismo.

Outra questão relevante no cenário político da Coreia do Sul é a corrupção endêmica, identificada também nos negócios do país, especialmente entre os *chaebol* (grandes conglomerados econômicos com estrutura familiar, semelhantes aos *zaibatsus* japoneses). A insatisfação com essa situação levou um grande número de manifestantes às ruas nos últimos anos, aumentando o nível de violência política e tensão social no país, agravado pelo aumento da desigualdade social. As manifestações, formadas principalmente por estudantes e trabalhadores, são violentas, mas não são uma ameaça real ao governo central (Janes, 2009i).

A eleição de Myung-bak para presidência por ampla margem, cuja plataforma era a implementação de reformas econômicas, retrata o descontentamento da população com a situação política do país. Além disso, um dos grandes problemas enfrentados pelos presidentes está no fato de a reeleição ser proibida, o que estimula políticas curto-prazistas.

Apesar de todos esses problemas internos, a grande ameaça à segurança da Coreia do Sul é seguramente a situação indefinida com a Coreia do Norte, que perdura desde a década de 1950. Apesar de a ameaça de um conflito militar entre os dois países ter sido amenizada após o encontro presidencial realizado em 2000, o recente desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte desestabilizou novamente as relações entre os dois países.

Devido à proximidade dos acontecimentos, é difícil analisar o que poderá ocorrer entre os dois países, mas, como a ameaça de rompimento do armistício de 1953, existe a possibilidade de escalada do conflito, o que não interessa o governo de Seul. No longo prazo, essa questão pode ter um efeito de desestabilização interna importante, pois o governo já é fraco e, caso responda ao conflito de uma forma insatisfatória à população, pode perder suas bases de apoio. Outros problemas podem advir do resultado da escalada de tensões, como o aumento do número de deslocados da Coreia do Norte para a Coreia do Sul, aumentando a tensão social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os países onde o Brasil está focando sua política comercial têm bons sistemas de proteção legal para investimentos diretos externos, ainda que possam ser instáveis politicamente. A Tabela 1 em anexo, elaborada a partir do modelo apresentado pelo Observatório Político Sul-Americano - OPSA (2009) para avaliar a estabilidade política na América do Sul, sintetiza as principais ameaças à instabilidade política nos países analisados.

A tabela está dividida em seis categorias, organizadas a partir da sua gravidade, ou seja, do evento com menor impacto desestabilizador, para o com maior. Dessa forma, a tabela está esquematizada em: (i) Dificuldade na sucessão presidencial; (ii) Modificação na regulação de investimentos. (iii) Revolta Social; (iv) Golpe de Estado; (v) Estado de Exceção; (vi) Risco de Separatismo; e (vii) Guerra Civil. Os indicadores estão definidos no Quadro 1.

3.1 – Indicadores de Instabilidade

Indicadores	Definição
Dificuldades na sucessão presidencial	Sucessão presidencial incerta, com risco de conflitos políticos e civis durante o processo de sucessão política, especialmente se o governante anterior permaneceu por bastante tempo no cargo.
Modificação na regulação de investimento	Adoção de políticas nacionalizantes maléficas ao capital estrangeiro
Revolta Social*	Ações violentas, de ao menos dois dias de duração, dirigidas direta ou indiretamente contra o governo central e com saldo mínimo de 100 feridos.
Golpe de Estado*	Tentativas, golpes e contragolpes.
Estado de Exceção*	Instauração e prorrogação de estados de sítio em âmbito nacional, ou em um ou mais departamentos/provincias/ estados do país, com, ao menos, 100.000 habitantes.
Risco de separatismo	Possibilidade de ação civil violenta com o objetivo de secessão.
Guerra Civil*	Avanço de guerrilhas, ataques em massa, violação de acordos, choques entre tropas e assassinato de autoridades.

Fonte: http://observatorio.luperj.br/pdfs/7_mapaestabilidade_mapa_2008_2.pdf

adaptado de Observatório Político Sul-Americano

Fonte: Apatado de Observatório Político Sul-Americano (2009).

Os países com situação mais crítica, como Angola e Vietnã, são aqueles com possibilidade de investimentos altamente rentáveis, devido à necessidade de criação de infraestrutura básica e a mercados consumidores em expansão. Entretanto, esses mercados são também onde

existe maior competição com investimentos de outros países emergentes. Ambos os países recebem vultosos investimentos chineses, que, de certa forma, competem com investimentos brasileiros, mas que também representam oportunidades para parcerias interessantes.

Seria interessante se a política de promoção comercial do Brasil fosse elaborada considerando melhor as dinâmicas regionais de segurança. Para isso, sugerimos a divisão feita por Barry Buzan e Ole Wæver (2003) em complexos regionais de segurança, em vez da adotada no momento. Essa divisão parte do fato de que os problemas internos de um país têm a capacidade de afetar a dinâmica interna de outros. Assim, para o objetivo de analisar a instabilidade política interna de cada país esse modelo seria o mais adequado. Além disso, a teoria dos complexos regionais de segurança identifica quais seriam as principais potências de cada região, e, conseqüentemente, quais seriam os países mais adequados para assumirem o papel de *traders* e de onde partiriam as principais iniciativas de promoção comercial do Brasil. As iniciativas de formação de coalizões *ad hoc* para diversas finalidades econômicas e de segurança, tais como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), além da abertura de novos mercados no Oriente Médio, América do Sul e África, indicam a necessidade de tal monitoramento contínuo da segurança internacional para fins da política de promoção comercial do Brasil.

	Duração do mandato presidencial	Modificação de reputação de investimento	Revolta social	Golpe de Estado	Estado de exceção	Risco de Separação	Guerra civil
AFRICA							
ANGOLA	6 meses	2	2	1	1	2	1
	18 meses	2	2	2	2	2	2
ORIENTE MÉDIO E NORTE DA AFRICA							
EGITO	6 meses	1	1	1	1	0	1
	18 meses	3	1	2	3	0	1
AMERICA DO SUL							
ARGENTINA	6 meses	1	1	2	0	1	0
	18 meses	2	2	2	1	1	0
COLÔMBIA	6 meses	2	1	1	1	0	3
	18 meses	3	1	2	2	3	3
PERU	6 meses	2	1	2	1	2	1
	18 meses	3	1	3	2	2	1
VENEZUELA	6 meses	1	3	2	2	3	1
	18 meses	1	3	3	2	3	1
AMERICA CENTRAL E DO NORTE							
CANADÁ	6 meses	0	0	0	0	2	0
	18 meses	0	0	0	0	2	0
CUBA	6 meses	3	2	1	0	0	0
	18 meses	3	2	1	0	3	0
ESTADOS UNIDOS	6 meses	0	0	0	0	0	0
	18 meses	0	0	0	0	0	0
MÉXICO	6 meses	1	6	2	0	1	0
	18 meses	1	6	2	0	1	0
EUROPA							
NORUEGA	6 meses	0	0	0	0	0	0
	18 meses	0	0	0	0	0	0
POLÓNIA	6 meses	1	0	1	0	0	0
	18 meses	1	0	1	0	0	0
RUSSIA	6 meses	1	1	1	0	3	1
	18 meses	1	1	2	0	3	1
ASIA							
CHINA	6 meses	0	1	0	0	1	0
	18 meses	0	1	0	0	1	0
CORÉIA DO SUL	6 meses	2	1	2	1	1	0
	18 meses	2	1	2	1	1	0
ÍNDIA	6 meses	0	1	2	0	1	2
	18 meses	0	1	2	0	1	2
VIETNÃ	6 meses	1	2	1	0	3	1
	18 meses	2	2	1	0	3	1

Elaborado própria com base em referências de texto

Índice de Risco aos Mercados Prioritários da APEX

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ, 2001.
- BUZAN, B.; WÆVER, O. *Regions and powers: the structure of International Security*. 2003.
- COUNTINHO, M. Intentona de ano novo: uma análise da crise institucional do Peru. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 2, jan. 2005. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/3_analises_Texto_do_Marcelo-analise.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2009.
- JANES. Country Profile: *Angola*, 2009a.
- _____. Country Profile: *Argentina*, 2009b.

- JANES. Country Profile: *Canada*, 2009c.
_____. Country Profile: *China*, 2009d.
_____. Country Profile: *Colombia*, 2009e.
_____. Country Profile: *Egypt*, 2009f.
_____. Country Profile: *India*, 2009g.
_____. Country Profile: *Peru*, 2009h.
_____. Country Profile: *Republic of Korea*, 2009i.
_____. Country Profile: *Russia Federation*, 2009j.
_____. Country Profile: *United States of America*, 2009k.
_____. Country Profile: *Venezuela*, 2009l.
_____. Country Profile: *Vietnam*, 2009m.

MEARSHEIMER, J. *The tragedy of great powers*. New York: Norton, 2001.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO. *Mapa da Estabilidade, 2008*. 2009. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/7_mapaestabilidade_mapa_2008_2.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2009.

RIZZI, K. *Relações Brasil-Angola no pós-guerra fria: os condicionantes internos e a via multilateral*. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STRATFOR GLOBAL INTELLIGENCE. *Annual Forecast 2009: war, recession and resurgence*. 2009. Disponível em: <http://www.stratfor.com/theme/annual_forecast_2009>. Acesso em: 6 jun. 2009.

WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. New York, McGraw-Hill, 1979.

Sites consultados

Angola. Ministério das Relações Exteriores: <www.mirex.gv.ao>

Banco Central do Brasil: <www.bcb.gov.br>

Banco Mundial: <www.worldbank.org>

Observatório Político Sul-Americano: <www.observatorio.iuperj.br>

Peru. Ministério das Relações Exteriores: <www.rree.gob.pe>

Petrobras: <www.petrobras.com>

Stratfor Global Intelligence: <www.stratfor.com>

The Economist: <www.economist.com>